

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E EMPODERAMENTO: UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA¹

ENVIRONMENTAL EDUCATION AND EMPOWERMENT:
AN EXPERIENCE OF UNIVERSITY EXTENSION

Heliete Rocha dos Santos²
Janine Moreira³
Adonai Pacheco Teixeira⁴
Tayná da Rosa Teixeira⁵
Josiane Luzia Scussel⁶

RESUMO: Os trabalhos em Educação Ambiental (EA) estão permeados de conflitos e dilemas que se fundamentam em diferentes concepções de meio ambiente e EA. Há o predomínio de uma visão de educação como transmissão de conhecimentos, concebendo o educando muito mais como um depósito de informações e reproduzindo uma educação reduzida ao que se convencionou definir como adestramento ambiental. No aspecto referente ao conceito de meio ambiente, observa-se o predomínio de uma concepção que o restringe ao ambiente natural, desconsiderando a devida inserção do homem. Esses elementos contribuem para que a EA seja reduzida à educação conservacionista, baseada em ensinamentos relacionados ao uso racional dos recursos naturais, mas reproduzindo o modelo de desenvolvimento dominante. Este trabalho discorda da ótica da EA conservacionista, entendendo como necessário superar perspectivas tradicionais em educação ambiental, apontando para alternativas que reconheçam a importância do papel do educando no processo educativo sob a égide de uma pedagogia do tipo libertadora no contexto do enfoque de Paulo Freire. Este texto traz essas reflexões teóricas no contexto de uma experiência de extensão universitária em educação ambiental.

PALAVRAS-CHAVE: Educação ambiental. Empoderamento. Extensão.

ABSTRACT: *Studies on environmental education (EE) are permeated by conflicts and dilemmas based on different conceptions of environment and EE. There is the predominance of a vision of education as knowledge transfer, conceiving the learner more as a repository of information and*

¹ Este texto foi ampliado a partir do texto de SANTOS, H. R. dos. *et al.*: Educação ambiental: concepções, experiência em extensão e a contribuição da universidade no contexto da mediação para o empoderamento, apresentado no 7º Congresso Internacional de Educación Superior, realizado de 8 a 12 de fevereiro de 2010, em Havana, Cuba.

² Mestre em Ciências Sociais (UFSC). E-mail: helieterocha@gmail.com

³ Doutora em Psicopedagogia (UCO). E-mail: jmo@unesp.net

⁴ Egresso do Curso de Engenharia Ambiental (UNESC). E-mail: adonaiteixeira@gmail.com

⁵ Egressa do Curso de Engenharia Ambiental (UNESC). E-mail: taynateixeira@hotmail.com

⁶ Egressa do Curso de Psicologia (UNESC). E-mail: josi_costa13@hotmail.com.

reproducing a reduced education to what is conventionally defined as environmental training. In the aspect concerning the concept of environment, we observe the preponderance of a conception restricted to the natural environment, excluding the insertion of the humankind. These elements contribute to the reduction of the EE to a mere conservationist education based on teachings related to the rational use of the natural resources but reproducing the dominant development model. This paper disagrees with the perspective of conservationist EE, understanding as necessary to overcome traditional perspectives in environmental education, pointing to alternatives that recognize the importance of the student role in the educational process under the aegis of a liberating pedagogy based on Paulo Freire's methods. This text brings these theoretical reflections in the context of a University Extension experience in environmental education.

KEYWORDS: *Environmental education. Empowerment. Extension.*

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho resulta de reflexões e experiências desenvolvidas em Educação Ambiental (EA) como práticas de extensão numa Universidade Comunitária (Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC), na cidade de Criciúma (SC), Brasil. Seu objetivo é fortalecer experiências educativas imbuídas de uma concepção freiriana de educação, que se pode associar a uma concepção de desenvolvimento com sustentabilidade. Assim, o ecodesenvolvimento, tomando por base a noção de crescer sem destruir, caracteriza-se por equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica. Essa perspectiva, na experiência aqui discutida, é contextualizada no âmbito de concepções de Educação Ambiental, valendo-se da visão de educação como prática para a liberdade, segundo a ótica de Paulo Freire. A experiência aqui apresentada situa-se no âmbito da educação ambiental informal, no bairro de Vila Manaus, na cidade de Criciúma.

2 METODOLOGIA

A Vila Manaus apresenta uma história de organização social vinculada ao enfrentamento das condições de vida de seus habitantes. Situada no contexto de condições socioambientais precárias, enfrentou problemas de saúde característicos de populações que residem em terreno piritoso. Diante disso, a população se organizou para desenvolver trabalhos de Educação em Saúde e reivindicar uma Unidade de Saúde (US) para o bairro, antes mesmo do contexto da

instalação da Rede de Unidades de Saúde do Sistema Único de Saúde (SUS). Essa Unidade de Saúde foi aberta no ano de 1984. Além disso, foi o primeiro e único bairro de Criciúma que implantou um processo de coleta seletiva de resíduos sólidos por iniciativa própria, sem interferência do poder público municipal, a partir do projeto Nossa RUA (Reciclagem, União, Arborização), com apoio de técnicos da universidade local, a Unesc, em 1997. Contudo, essa experiência se encontrava fragilizada, razão pela qual o projeto de extensão intitulado “Educação Ambiental, Educação em Saúde, Resíduos Sólidos e Cidadania: uma contribuição para o contexto das relações educativas no contexto do projeto Nossa RUA e do Conselho de Saúde da Vila Manaus sob o propósito de fortalecer as relações de empoderamento”, desenvolvido pelo grupo de pesquisa “Educação, Saúde e Meio Ambiente”, da Unesc, propôs o seu fortalecimento por meio do desenvolvimento de atividades e cursos em Educação Ambiental e Resíduos Sólidos, de forma a fortalecer e qualificar essa iniciativa.

O referido projeto – cujo desenvolvimento se deu entre setembro de 2008 e dezembro de 2009 – apresentou dois eixos: um de educação em saúde – voltado para os conselheiros locais de saúde e os profissionais da Unidade de Saúde – e outro em Educação Ambiental, eixo que o presente texto focará. O objetivo geral desse eixo foi a integração de ações educativas que fortalecessem a inclusão social e alternativas de renda pela formação em Educação Ambiental no bairro Vila Manaus. Assim, a equipe contribuiu para a retomada dos trabalhos do projeto Nossa RUA, que estavam paralisados, o que implicou na escolha de uma nova coordenação. O projeto também desenvolveu atividades no bairro, tais como: comemoração dos 30 anos de fundação da Vila Manaus (em que foi elaborada parte da história da comunidade por meio de depoimentos dos primeiros moradores), Rua do Lazer, formação de grupo de Terno de Reis e oficina de brinquedos confeccionados com materiais recicláveis. A comunidade ainda se integrou no processo de criação do Fórum Municipal Lixo & Cidadania, coordenado pelo Grupo de Extensão da Unesc, Coleta Seletiva Solidária, que já realizou dois encontros, no fim de 2009 e de 2010, com a presença de cooperativas de reciclagem do estado de Santa Catarina, o que demonstra sua continuidade mesmo havendo a finalização do projeto de extensão na comunidade.

O enfoque metodológico utilizado nessa proposta educativa utiliza, por um lado, a concepção de participação como conquista, segundo propõe Pedro Demo (2001), associando-o a uma proposta mobilizadora e desenvolvendo reflexões sobre as experiências desenvolvidas no plano local. Por outro lado, a estratégia de ação proposta pelo projeto envolve o estabelecimento

de um diálogo com a comunidade na perspectiva freiriana de Educação Popular, com seus círculos de cultura. Os educadores envolvidos ouvem a comunidade, considerando suas necessidades mais urgentes, no âmbito do curso de formação para o desenvolvimento do projeto Nossa RUA e do Conselho de Saúde. Portanto, desenvolvem-se cursos, oficinas e outras atividades, tomando-se por base as necessidades da comunidade, visando a sua organização e contribuindo para a continuidade desse processo pela própria comunidade.

3 CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Os trabalhos em EA concretizam diferentes práticas, que se expressam em diferentes concepções de Educação Ambiental. Desse ponto de vista advém uma série de conflitos que estão fundamentados em diferentes visões de educação, EA e meio ambiente.

Paulo Freire (2005) já nos mostrou que é comum a educação ser reduzida à transmissão de conhecimentos, e o educando, a um depósito de informações, ao que ele chamou de educação bancária. A educação libertadora ou problematizadora, ao contrário, se faz pela conscientização, baseada no diálogo, o qual se fundamenta na premissa de que todos devem ter voz para expressar e reconstruir suas visões de mundo em um encontro entre sujeitos, mediatizados pelo mundo. Nessa educação, o que se deseja não é embutir conhecimentos no outro, não é conquistar o outro, mas construir com ele uma visão crítica de mundo, o que permite com que o mundo seja conquistado.

No aspecto referente ao conceito de meio ambiente, observa-se o predomínio de uma concepção que o restringe ao ambiente natural, desconsiderando a inserção do homem no mesmo. Esses elementos contribuem para que a EA seja reduzida à educação conservacionista, baseada em ensinamentos relacionados ao uso racional dos recursos naturais, mas reproduzindo o modelo de desenvolvimento dominante (BRÜGGER, 2004).

O presente texto discorda da ótica da EA conservacionista, apontando para alternativas que reconheçam a importância do papel do educando no processo educativo sob a égide de uma pedagogia de tipo libertadora, abordando a perspectiva da educação em Paulo Freire. Com base nessa perspectiva, podemos pensar uma educação ambiental em que o educando é visto como um ser que faz parte do ambiente e o recria em suas ideias, partindo da interação com o mesmo. Os educandos são instigados a expressar a leitura que fazem do ambiente em que vivem. O processo

educativo está baseado na participação dos educandos para que eles possam aprender participando, enquanto estiverem aprendendo a participar. Essa perspectiva, segundo Santos (1998, p.13),

implica processos de cooperação na relação homem/homem e de solidariedade na relação destes para com a natureza. Isto possibilita a construção de uma proposta educativa que procura favorecer a aprendizagem, à medida que os educandos não são cerceados na comunicação entre si, na exploração do ambiente físico e na organização do ambiente construído no contexto da sala de aula e da escola. O educando é visto e tratado como um ser humano que faz parte do ambiente e o recria em suas ideias, a partir de sua interação com o mesmo.

Por essa razão, os educandos precisam ser considerados no contexto do processo educativo, a fim de que possam expressar a leitura que fazem do ambiente em que estão inseridos e o conhecimento possa expressar o resultado de experiências vivenciadas, conseguindo ser uma expressão da realidade. (SANTOS, 1998).

Desse modo, Freire coloca como eixo central de seu enfoque a necessidade de se fazer do educando sujeito do ato pedagógico. Isso implica conceber a construção do sujeito no âmbito de um processo de conhecimento da realidade e do mundo, de forma a contribuir para o processo de conscientização. Assim, percebe-se que é no processo de conscientização que se coloca a questão de que a leitura da realidade está vinculada a uma perspectiva histórica de transformação social e o compromisso com o projeto de libertação da humanidade. (SANTOS, 1998). Esse entendimento aponta para a concepção de sujeito no sentido de concebê-lo na relação com o outro, não no sentido de indivíduo isolado do liberalismo. Nesse contexto, Santos (1998, p.18) argumenta que a perspectiva freiriana

mostra a capacidade que o ser humano possui de criar a realidade, de se reinventar na relação com o outro, numa visão ética em que o outro é respeitado como legítimo. Isto significa que temos o direito de ser diferente, que implica o direito de ser cidadão. Por isso, não podemos continuar com uma educação do tipo uniformizadora, mas fazer da educação um instrumento de expressão da diversidade existente. Esta se expressa culturalmente através da linguagem enquanto mediadora do pensamento humano, que faz do homem sujeito da produção do conhecimento.

Desse ponto de vista, Freire desenvolve uma reflexão centrada na educação libertadora, concebida enquanto educação democrática, desveladora da realidade. Por isso, busca entender os processos educativos realizados nas práticas de educação popular, destacando dois saberes: o saber da história, concebido como possibilidade e não como determinação, e o saber que está relacionado à educação como forma de intervenção no mundo. (FREIRE, 1998).

Outras concepções de EA são expressas por autores e instituições. No Brasil, a lei nº 9.795 (Lei da Política Nacional de Educação Ambiental), cap. 1, artigo 1º, demonstra o entendimento de que a Educação Ambiental expressa “os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”.

Esse ponto de vista é importante por expressar o entendimento previsto em lei, mas outros pensadores trazem contribuições diferentes e significativas, a exemplo de Dias (2002, p. 99), por defender a concepção de que “a EA deve permitir a compreensão da natureza complexa do meio ambiente e interpretar a interdependência entre os diversos elementos que conformam o ambiente”.

Dias também argumenta que é necessário trabalhar no contexto de despertar interesse para com o cuidado com o meio ambiente. Sua argumentação nos remete à contribuição de Boff ao trabalhar o conceito de cuidado como uma questão ética e de compaixão pela terra, expressando a concepção de que “cuidar é mais que um ato; é uma atitude”. Considerando ainda que “representa uma atitude de ocupação, preocupação, de responsabilização e de envolvimento afetivo com o outro” (BOFF, 1999, p. 33). Do ponto de vista desse autor, o cuidado pode ser entendido como um modo de ser essencial. Assim sendo, “o modo de ser cuidado revela de maneira concreta como é o ser humano. Sem o cuidado, ele deixa de ser humano” (BOFF, 1999, p. 34). Ao discutir as concretizações do cuidado, considera que precisamos cuidar do planeta, do nosso próprio nicho ecológico, da sociedade sustentável, do outro, dos pobres e excluídos, do nosso corpo na saúde e na doença, da cura integral do ser humano, da morte, da alma e dos grandes sonhos. Aponta ainda que o cuidado, em sua carência, se constitui no descuido e, em seu excesso, na obsessão.

No âmbito desse debate, Boff (1999, p. 135) argumenta que “cada pessoa precisa descobrir-se como parte do ecossistema local e da comunidade biótica, seja em seu aspecto de natureza, seja em sua dimensão de cultura”. Essa reflexão se faz importante para buscar associar as práticas em EA com as concretizações do cuidado a que se refere Boff.

Esse cuidado precisa ser percebido no âmbito de uma dimensão libertadora. Nesse contexto, considera-se importante a contribuição de Brügger (2004), por entender que na EA o educando deve ser concebido como sujeito do processo pedagógico. Desse ponto de vista,

Brügger faz a crítica à visão de educação reduzida à transmissão de conhecimentos, por entender que reproduz a perspectiva do adestramento ambiental. Dessa forma, a perspectiva de Brügger pode ser associada à perspectiva de Freire (1998) ao conceber a educação como prática da liberdade, superando a educação bancária e nos possibilitando apontar para a EA numa ótica problematizadora, cujos processos educativos visam levar o indivíduo a uma reflexão, para irem construindo seus saberes, suas decisões, sua participação e cidadania.

4 PROCESSOS EDUCATIVOS EM EXTENSÃO, EDUCAÇÃO POPULAR, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E EMPODERAMENTO

A perspectiva de educação popular ou libertadora na concepção freiriana mostra-se crítica de uma compreensão dos homens como seres vazios que necessitam se encher de conteúdos. Por isso, mostra-se diferente da educação bancária, depositária de conhecimentos. Essa diferença reside na busca da superação da contradição educador-educando, oportunizando uma relação dialógica em que educadores e educandos se educam ao mesmo tempo, porém, resguardando-se as diferenças de cada um. Nesse contexto, o diálogo torna-se fundamental na troca de saberes e no processo de desvelamento da realidade. Assim, a educação problematizadora é marcada por dois momentos: quando o homem desvela o mundo e quando desenvolve ações para sua transformação, implicados dialeticamente. A práxis advém desta dialética de reflexão, ação e reflexão, para uma nova ação que, por sua vez, será novamente tomada como reflexão para incidir novamente na realidade, em um movimento interminável. O trabalho com o conteúdo programático resulta do diálogo entre as pessoas envolvidas no processo educativo, não vindo pronto no início do processo.

Nos trabalhos de extensão, esse entendimento é importante para não se fazer a imposição de nosso conhecimento acadêmico para a comunidade envolvida, mas conseguir trocar saberes, dialogar, comunicar-se. Nessa ótica, Freire (1998) diferencia extensão e comunicação. Essa preocupação aponta para o fortalecimento de uma perspectiva de EA sob a ótica libertadora, inserindo-a nas práticas de extensão. Assim, se coloca para a EA o desafio de desenvolver seus trabalhos educativos, superando a educação bancária e o adestramento ambiental. Esse entendimento implica discutir as práticas de extensão nas universidades numa perspectiva participativa e de empoderamento dos envolvidos.

A perspectiva da EA pode ser incluída no que Moreira et al. (2007, p. 519) dizem a respeito da educação popular em saúde, que

[...] pode ser associada ao conceito de participação, segundo Pedro Demo (2001), que supera a noção de concessão ou dádiva, e a coloca como conquista, isto é, como fortalecimento da autopromoção, característica de uma política social que tem como centro os próprios interessados, então cogestores na satisfação de suas necessidades, superando as práticas assistencialistas. O fundamento dessa prática está no fato de que não se promove ninguém em política social, uma vez que o próprio interessado e alvo da política não se autopromova.

O entendimento de Demo (2001) pode ser associado ao de Sachs (1986), por argumentar que a participação deve ser avaliada pelo poder de iniciativa por parte da comunidade, pelas experiências realizadas localmente e pelas relações da comunidade com os diferentes níveis de governo, pois esses fatores são fundamentais para o fortalecimento da autonomia comunitária e para o que podemos nominar atualmente de seu empoderamento. Com base nesse entendimento, o referido autor trabalha a noção de autoconfiança e sociedade liberada. A primeira baseia-se nas potencialidades próprias e na capacidade de decidir. A segunda refere-se à sociedade civil como terceiro sistema de poder que toma decisões por meio da democracia política da autogestão e do controle social.

Nesse contexto, entende-se como importante a reflexão acerca do conceito de *empowerment*, traduzido como empoderamento, que é entendido como “o processo de capacitação para a aquisição do poder técnico e político por parte dos indivíduos e da comunidade.” (VERDI e CAPONI, 2005, p. 85).

Carvalho (2004) atribui o conceito de empoderamento como tendo sido inspirado também na abordagem de Paulo Freire, ao que aquele autor nomeia como empoderamento comunitário, que implica “disputa pelo controle de recursos e a redistribuição do poder.” (CARVALHO, 2004, p. 675).

Esse ponto de vista pressupõe a reavaliação das práticas de extensão universitária. Assim sendo, na ótica de Freire (2006), há que se considerar que o homem, como ser relacional, transforma a natureza com o seu trabalho. O resultado dessa transformação o separa da humanidade, produzindo uma estrutura vertical. Na relação com o outro, percebem-se relações baseadas na comunicabilidade, que se associa à intersubjetividade ou intercomunicação que, por sua vez, fortalece a comunicação entre os sujeitos a propósito do objeto, pois, em todo ato de pensar há um sujeito que pensa acerca de um objeto por meio de signos linguísticos, e o objeto

pensado se constitui no mediatizador da comunicação. Nesse processo, percebe-se que o que caracteriza a comunicação é o diálogo e nele os sujeitos se expressam por uma linguagem comum ao grupo para haver compreensão entre os sujeitos. Por isso, o questionamento de Freire (1998) acerca dos processos educativos em extensão torna-se fundamental, afinal é comunicação ou extensão?

A tendência do extensionismo é adotar o uso de técnicas de propaganda, característica dos meios de comunicação de massa. E justamente por esses meios de comunicação, as massas são conduzidas e manipuladas, percebendo-se que essa comunicação de massa não se encontra comprometida com um processo educativo-libertador, mas, ao contrário, com um processo dominador. Esse enfoque se assemelha ao que Brügger (2004) chama de adestramento ambiental. Essa questão remete à compreensão de que o processo de comunicação humana não está isento de condicionamentos socioculturais. Essa concepção está afinada com a visão de educação em Freire (1998) que passa pela crítica à transferência de conhecimento, concebendo a educação como uma situação gnosiológica em sentido amplo. Na abordagem freiriana, então, educação é comunicação, é diálogo, constituindo-se num paradigma que traz uma importante contribuição para se reavaliar as práticas de extensão universitária.

5 A EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO DESENVOLVIDA NA VILA MANAUS

A Vila Manaus, em outubro de 2008, completou 30 anos de existência. Em setembro daquele ano, o projeto de extensão intitulado “Educação Ambiental, Educação em Saúde, Resíduos Sólidos e Cidadania: uma contribuição para o contexto das relações educativas no projeto Nossa RUA e no Conselho de Saúde da Vila Manaus, sob o propósito de fortalecer as relações de empoderamento” foi aprovado em edital interno da Unesc e iniciado no mesmo mês, com vigência até dezembro de 2009.

A primeira atividade realizada foi uma reunião com os participantes do projeto Nossa RUA, para avaliar o período de 18 meses em que ele esteve fechado e pensar com eles uma proposição de reativação. Considerando que o R representa reciclagem, o U, união e o A, arborização, pensou-se que as respectivas atividades pudessem ser retomadas pelo fortalecimento da união a partir de atividades de convívio comunitário, também atividades de arborização, e outra atividade seriam oficinas de capacitação para reciclagem e reutilização de resíduos sólidos.

Desse modo, a coleta seletiva deixaria de ser o eixo das atividades como era anteriormente e a reutilização de materiais passaria a ser realizada, primeiramente, em oficinas de educação ambiental.

Então, com a retomada dos trabalhos pelo aspecto do fortalecimento da União, decidiu-se organizar um evento para comemorar os 30 anos de criação da Vila Manaus por seus moradores. O evento foi um momento significativo com seus moradores, representados por diferentes grupos, que falaram de sua história. A juventude participou de forma expressiva, com cinco bandas musicais, fazendo apresentações das músicas que costumam cantar, e um grupo de adultos também fez sua apresentação musical.

Nesse evento, também foram distribuídas mudas de árvores com orientações sobre seu plantio e cuidado. Depois disso, organizou-se um grupo de canto que se tornou o grupo de Terno de Reis da comunidade. Esse grupo desenvolveu atividades em dezembro de 2008 e janeiro de 2009, fortalecendo as relações e a união dos participantes do projeto Nossa RUA. Em dezembro de 2010, após, portanto, o término do projeto, este Terno de Reis realizou sua primeira apresentação pública, na associação de moradores do bairro, tendo convidado também para se apresentar um grupo de Terno de Reis de um município próximo.

Após aquele evento de comemoração dos 30 anos do bairro, foi apresentada ao coletivo de participantes do projeto Nossa RUA uma proposta de atividades de extensão a serem realizadas na comunidade, de abril a setembro de 2009. Essa proposta foi baseada em um curso de Educação em Saúde para os membros do Conselho de Saúde e profissionais da Unidade de Saúde local e um curso de Educação Ambiental para os membros do Nossa RUA, com realização de várias oficinas.

O curso de Educação em Saúde abordou os temas: Diagnóstico de saúde comunitária, Políticas de saúde no Brasil, Sistema Único de Saúde (SUS) - seus princípios, Pacto pela Saúde, Saúde ambiental e o papel do conselheiro de saúde. Essa atividade contribuiu para a formação de conselheiros para o Conselho local de saúde que, no mês de novembro, foi renovado com nova direção. Alguns conselheiros que participaram do curso fazem parte desse novo Conselho Local de Saúde que, embora renovado, continua buscando seu processo de efetivação no desempenho de seu real papel como conselho de saúde, indicando que o processo ainda está em andamento.

O curso de Educação Ambiental teve como foco central a realização de oficinas chamadas “Viva o ambiente com arte”, em que os resíduos sólidos (lixo) foram reaproveitados para

confeccionar artesanatos, materiais decorativos e brinquedos infantis. Inicialmente, trabalhou-se com a confecção de brinquedos infantis para a realização de Rua de Lazer com a comunidade e as crianças. Foram realizadas duas Ruas de Lazer, uma das quais em parceria com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do bairro vizinho de Santa Luzia.

No decorrer do projeto, algumas mulheres começaram a defender perante o coletivo do projeto Nossa RUA que os produtos gerados pelas oficinas, além de serem fornecidos para a comunidade, passassem a ser vistos como fonte de renda para aqueles que se encontrassem desempregados. Assim sendo, no fim do ano (novembro e dezembro), uma das mulheres já confeccionava bolsas, utilizando-se de materiais reutilizados. Ao final do período do projeto, os participantes discutiam a produção de materiais com a reutilização e reciclagem para se iniciar uma proposta de Economia Solidária.

Além disso, o projeto Nossa RUA, que era organizado sob a forma de associação, retomou sua organização, elegeu nova diretoria e se registrou como Organização Não Governamental (ONG), retomando sua capacidade de se auto-organizar, fortalecendo o poder comunitário.

O trabalho de EA caracterizou-se, portanto, como uma experiência em Educação Ambiental Comunitária, identificando-se com a visão de participação proposta por Pedro Demo, qual seja, como fortalecimento de sua capacidade de autopromoção, auto-organização comunitária e do que foi definido neste texto por empoderamento.

Essa perspectiva pode ser relacionada à visão de educação em Freire (1998), na medida em que fortalece o papel do sujeito nos processos educativos no âmbito da educação libertadora, bem como a sua visão de extensão que toma por base o conceito de comunicação. Os educadores que participaram do processo sempre dialogaram com a comunidade, decidindo coletivamente os temas em estudo ou as atividades realizadas, buscando ver a comunidade como sujeito do processo decisório. A continuidade de ações comunitárias, mesmo depois que o projeto de extensão terminou sua participação, sinaliza para o protagonismo da comunidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pode observar, houve a retomada até mesmo em termos de organização com novo direcionamento dos dois segmentos envolvidos, Educação Ambiental e Educação em

Saúde. O projeto Nossa RUA foi renovado, fortalecido e retomado, e o Conselho Local de Saúde também. A comunidade fortaleceu sua capacidade de decidir e de se organizar, fazendo-se sujeito de seu processo histórico.

Convém ainda ressaltar que a juventude – os filhos daqueles que iniciaram o projeto Nossa RUA – é que se destacou na participação, emergiu como novos líderes comunitários e reativou o projeto de Educação Ambiental iniciado por seus pais, entendendo tratar-se de um projeto que não podia acabar, assumindo a liderança do processo. Os atuais coordenador (um dos autores deste texto) e vice-coordenador do Nossa RUA representam a segunda geração, filhos daqueles que criaram a Vila Manaus em Criciúma há mais de 30 anos.

Como convém a toda reflexão crítica de um projeto, todavia, cabe-nos acompanhar a caminhada dessa comunidade, para verificarmos se o projeto desenvolvido caracterizou-se como uma mediação para mudanças concretas e duradouras. Nesse sentido, projetos de pesquisa com o objetivo de verificar essa mediação foram desenvolvidos por este grupo de pesquisa, assim como um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de um dos autores deste texto, com a orientação do grupo. Estes trabalhos, que serão alvo de novos textos, apontam para a retomada da comunidade para com os aspectos de desenvolvimento de seu bairro, a partir de sua própria organização, assim como a importância deste projeto de extensão para esta retomada. Concretamente, ações para a coleta seletiva de resíduos sólidos – em parceria com uma cooperativa de coleta de materiais recicláveis – e inclusive com ações frente ao poder público municipal, se fazem realidade hoje, como também a Rua do Lazer, a distribuição de mudas, as oficinas de compostagem e um planejamento comunitário de ações para o desenvolvimento sustentável da comunidade. Essas ações são resultados do TCC desenvolvido pelo coordenador do Nossa RUA, estudante da UNESC. Isso significa que as ações elencadas no planejamento deverão permanecer para além do término deste trabalho acadêmico e de seu acompanhamento pelo grupo. Também o grupo de pesquisa continua sendo convidado a participar das atividades em que o Nossa RUA se faz presente (Fórum Lixo e Cidadania, apresentação de Terno de Reis, café colonial, Rua do Lazer, planejamento). Cumpre-nos acompanhar sua caminhada, desejando que este caminho possa continuar sendo o rumo do empoderamento, o que, isso sim, é o mais importante, e o que arriscamos já a sugerir estar acontecendo, uma vez o Nossa RUA sinalizar para uma caminhada marcada pela autonomia.

REFERÊNCIAS

- BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: compaixão do Humano pela Terra**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BRASIL. **Lei Nº. 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
- BRÜGGER, Paula. **Educação ou Adestramento Ambiental?** 3. ed. rev. e ampl. Chapecó: Argos; Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.
- CARVALHO, Sérgio Resende. As contradições da promoção à saúde em relação à produção de sujeitos e mudança social. **Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v.9, n.3, p. 699-678, jul/set. 2004.
- DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 7. ed. São Paulo: Gaia, 2002.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1998.
- _____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- _____. **Extensão ou comunicação**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- MOREIRA, Janine, et al. Educação Popular em Saúde: A educação libertadora mediando a promoção da saúde e o empoderamento. **Contrapontos**. Itajaí, v.7, n.3, p. 507-521, set/dez. 2007.
- SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: Crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.
- SANTOS, Heliete Rocha dos Santos. **Projeto arte & educação ambiental: uma experiência**. 2.ed. Criciúma: UNESC, 1998.
- VERDI, Marta e CAPONI, Sandra. Reflexões sobre a Promoção da Saúde numa perspectiva bioética. **Texto & Contexto Enfermagem**. Florianópolis, v.14, n.1, p.82-88, jan/mar.2005.